

**CONTRATO CEDAE Nº 176/2019  
(DPR) que entre si celebram a  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS  
E ESGOTOS (CEDAE), e a WATER  
DATABASE SANEAMENTO BÁSICO  
LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio do Assessor Chefe da Presidência, Sr. IRAN PIRES AGUIAR, e do Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **WATER DATA BASE SANEAMENTO BÁSICO LTDA.**, sediada na Rua Quintino Bocaiúva, nº 1051, Vila Seixas, CEP: 14.020-095, Ribeirão Preto/SP, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.362.704/0001-06, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. MÁRIO AUGUSTO BAGGIO, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 973.004-4 SSP-IIP/PR, inscrito no CPF sob nº 324.915.069-04, residente e domiciliado na Alameda Casa Branca, nº 749, Bairro Jardim Paulista, CEP:014.289.856-20, São Paulo/SP, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-12/800.059/2019**, mediante Dispensa de Licitação nº 018/2019, com fundamento no art. 29, inciso II, da Lei 13.303/2016, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

A presente contratação tem por objeto a "**Prestação de serviços de engenharia consultiva, na forma de relatórios técnicos sobre as consequências da ampliação do estoque de serviços previstos e não realizados, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, decorrente do descumprimento de cláusulas contratuais pela construtora Emissão**", conforme aprovação emitida às fls. 112 pelo Sr. IRAN PIRES AGUIAR, Assessor Chefe da Presidência.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Inserem-se no escopo desta contratação o Termo de Referência, fls. 06 a 11 do Processo n. 12/800.059/2019, e a **proposta** da **CONTRATADA**, inserida às fls. 13/16 do Processo Administrativo Referência, datada de 26 de novembro de 2019, cujos conteúdos passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer acesso a todos os documentos, informações e demais elementos necessários à execução satisfatória do objeto pela **CONTRATADA**;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas; e

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no Termo de Referência, inserido às fls. 06 a 10 do Processo E-12/800.059/2019:

- a) conduzir os serviços dentro do prazo estipulado, observando as normas técnicas, a legislação em vigor e a metodologia indicada em sua proposta;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução do contrato, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes da execução defeituosa dos seus serviços;



- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) Demonstrar, quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%;

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de **60 (sessenta) dias** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

**Parágrafo Primeiro** - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

**Parágrafo Segundo** - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

**Parágrafo Terceiro** - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da **CEDAE**, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

**Parágrafo Quarto** - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

**Parágrafo Quinto** – A prorrogação do prazo não importará em majoração do valor contratual, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

## CLÁUSULA QUINTA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2019, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110304  
Programa de Trabalho: 2200022016  
Código Orçamentário: 33903982  
Fonte de Recursos: 10  
Centro de Custo: DP00000000  
Reserva Orçamentária: 2019000969

#### **CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

A presente contratação será executada em regime de execução por preço global, no valor de **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)**, sendo pago em duas etapas, conforme entrega dos relatórios, na forma constante na tabela abaixo:

<b>RELATÓRIO 1: RELATÓRIO PRELIMINAR DE AVALIAÇÃO DOS PREJUÍZOS, PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DA DIRETORIA DA CEDAE</b>	<b>50%</b>
<b>RELATÓRIO 2: RELATÓRIO DEFINITIVO DE AVALIAÇÃO DOS PREJUÍZOS (CONSOLIDADO) PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DA DIRETORIA DA CEDAE</b>	<b>50%</b>

**Parágrafo Único** – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.



**Parágrafo Primeiro** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

**Parágrafo Segundo** – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

**Parágrafo Terceiro** - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

**Parágrafo Quarto** – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**Parágrafo Quinto** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

**Parágrafo Sexto** – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

**Parágrafo Sétimo** – Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "i" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

**Parágrafo Primeiro** – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.





**Parágrafo Terceiro** – Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de **até 30 (trinta)** dias contados de cada período de **adimplemento**, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

**Parágrafo Quarto** - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, **atestará** (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

**Parágrafo Quinto** - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) **impedirá a concessão do atesto**, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

**Parágrafo Sexto** – A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

**Parágrafo Sétimo** – Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

**Parágrafo Oitavo**- A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

**Parágrafo Nono**– Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de provisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.

**Parágrafo Décimo** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao

estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**Parágrafo Primeiro** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**Parágrafo Segundo** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

**Parágrafo Terceiro** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

**Parágrafo Quarto** - A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;



iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na décima nona, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

**Parágrafo Quinto** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no parágrafo quarto da cláusula oitava.

**Parágrafo Sexto** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**Parágrafo Sétimo** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

**Parágrafo Oitavo** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-

las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**Parágrafo Nono** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Parágrafo Décimo** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na décima nona, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

**Parágrafo Primeiro** - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

**Parágrafo Segundo** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo Terceiro** - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

**Parágrafo Quarto** - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.



**Parágrafo Quinto** - A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

**Parágrafo Sexto** - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

**Parágrafo Único** – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

#### **CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

**Parágrafo Primeiro** – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

**Parágrafo Segundo** – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMAQUARTA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO**

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMAQUINTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**Parágrafo Único** – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMASEXTA: DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA**

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro** - Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

**Parágrafo Terceiro** - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

**Parágrafo Quarto** - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

**Parágrafo Quinto** - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.



**Parágrafo Sexto** - A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados na cláusula oitava.

**Parágrafo Sétimo** - O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

**Parágrafo Oitavo** - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

**Parágrafo Nono** - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

**Parágrafo Décimo** - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC

**Parágrafo Décimo Segundo** - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS**

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro** - A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

**Parágrafo Segundo** – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

**Parágrafo Terceiro** – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

**Parágrafo Quarto**– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

**Parágrafo Quinto**– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

**Parágrafo Sexto**- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo Sétimo**- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017**

**Parágrafo Primeiro** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº



12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**Parágrafo Terceiro** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**Parágrafo Quarto** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

**Parágrafo Sexto** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**Parágrafo Sétimo** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**Parágrafo Oitavo** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Nono** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**Parágrafo Décimo** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**Parágrafo Décimo-Primeiro** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**Parágrafo Décimo-Segundo** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**Parágrafo Décimo-Terceiro** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

**Parágrafo Décimo-Quarto** - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PUBLICAÇÃO**

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

**Parágrafo Único** - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.



### CLÁUSULA VIGÉSIMAPRIMEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 2019.

Pela **CEDAE**:

  
**HELIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Presidente

  
**IRAN PIRES AGUIAR**  
Assessor Chefe da Presidência

Pela **CONTRATADA**:

  
**MÁRIO AUGUSTO BAGGIO**  
Sócio Administrador

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Contr-WATER-DATABASE-LTDA-serviço-consultoria-DL-018-2019-DPR-VBO



AVISOS, EDITAIS E  
TERMOS DE CONTRATOS

## Vice Governadoria do Estado

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO  
FUNDAÇÃO LEÃO XIII

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** O Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2017, relativo à prestação de serviços contínuos de apoio às atividades administrativas, técnicas e operacionais na forma do Termo de Referência e do Instrumento Contratual.

**VALOR MENSAL DO ADITIVO:** R\$ 276.062,34 (duzentos e setenta e seis mil e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

**VALOR GLOBAL DO ADITIVO:** R\$ 837.167,02 (oitocentos e trinta e sete mil cento e sessenta e sete reais e dois centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 19/12/2019.

**PRAZO:** 03 (três) meses, a contar da data de 23/12/2019.

**FUNDAMENTO:** art. 58, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

**PROCESSO Nº:** E-20/013/229/2017.

Id: 2229059

DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** TERMO DE AJUSTE DE CONTAS Nº 129/2019.

**PARTE:** DETRAN/RJ e a 1ª Central Informática S.A. **OBJETO:** Reconhecimento pelo DETRAN/RJ, nos serviços especializados prestados em suas instalações para gestão, operação, manutenção e aprimoramento do Sistema Estadual de Identificação (SEI), no período de 30/06/19 até 31/07/2019, executados em condições satisfatórias e de boa-fé, conforme informado nas notas fiscais anexas ao presente termo.

**VALOR TOTAL:** R\$ 2.122.225,40 (dois milhões, cento e vinte e dois mil duzentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos).

**NOTA DE EMPENHO:** 2019NE02635 **DATA DA ASSINATURA:** 19/12/2019. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Estadual nº 207/76, Decreto nº 3.149/03 e Arts. 59 e 60, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 3.500/03. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** E-16/09/067/2019.

Id: 2229162

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**IDENTIFICAÇÃO:** Termo Aditivo V da Renovação, do Contrato nº 033/2016, assinado em 17/12/2016. **PARTE:** DER-RJ e a V.C.S. CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. **OBJETO:** Realização de Redução de Preços, para prestação de serviços de contabilidade e assessoria financeira. **VALOR:** R\$13.059,06. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993. **Decreto Estadual nº 3.149/03.** **PROCESSO Nº:** E-16/062.066/67/2019.

Id: 2229336

Secretaria de Estado da  
Casa Civil e Governança

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

## EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Ajuste de Contas e Reconhecimento de Dívidas.

**PARTE:** IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e ORACLE DO BRASIL SISTEMA LTDA.

**OBJETO:** O presente TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA tem por objeto a liquidação do valor devido pela OERJ, bem como o reconhecimento da dívida referente aos serviços indispensáveis prestados pela empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, nos períodos de 14 de outubro de 2017 a 13 de outubro de 2018, referente a Nota fiscal de nº 20837 no valor de R\$ 19.230,00 (dezenove mil duzentos e trinta reais e trinta centavos) e a Nota Fiscal nº 25933, no valor de R\$ 8.222,92 (oito mil quinhentos e vinte e dois reais e noventa e dois centavos) e no período de 14 de outubro de 2018 a 01 de julho de 2019 no valor de R\$ 11.014,70 (dezesseis mil e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos), referente ao período de prestação de serviços em infraestrutura contratual.

**VALOR:** R\$ 47.467,62 (quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos). Programa de Trabalho 2151.22.122.002/2016 - Natureza da Despesa - 091003104-008.

**DATA DE ASSINATURA:** 19/12/2019.

**PROCESSO Nº:** E-12/079/736/2017.

Id: 2229244

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**\*INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 03 ao Contrato nº 10/2016.

**Fundamento:** art. 57, II, c/c e § 2º, inciso II, do art. 45, todos da Lei nº 8.666 de 1993.

**PARTE:** Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa DANIEL ARAÚJO DA SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI-ME.

**OBJETO:** A prorrogação de prazo do Contrato, pelo período de 12 (doze) meses, de 09/12/2019 a 09/12/2020, e a supressão do valor sem redução do objeto no percentual 5,442%, abrangendo a total de 12.723,77 de supressão do valor inicial atualizado do contrato subordinante.

**VALOR:** R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais).

**VIGÊNCIA:** 09/12/2019 a 09/12/2020.

**DATA DE ASSINATURA:** 04/12/2019.

**PROCESSO - IO Nº:** E-12/079/0405/2016.

\*Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 18/12/2019.

Id: 2229216

## AVISO

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pretendendo contratar serviço de Telefonia para, de acordo com o disposto no Termo de Referência, os interessados poderão obter as especificações do serviço, através do e-mail: [compras@iof.gov.br](mailto:compras@iof.gov.br), no prazo de cinco dias úteis a contar da data desta publicação. **Processo nº:** E-12/079/007/2019.

Id: 2229232

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**  
**DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Doação. **PARTE:** Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a Prefeitura Municipal de São Francisco do Itabapoana. **OBJETO:** Doação de Bens Móveis.

**ASSINADO EM:** 19/12/2019. **PROCESSO Nº:** E-12/121/775/2019.

Id: 222917

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Doação. **ASSINADO EM:** 19/12/2019. **PARTE:** Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Doação de Bens Móveis. **PROCESSO Nº:** E-12/211/559/2019.

Id: 2229391

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Doação. **ASSINADO EM:** 19/12/2019. **PARTE:** Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a Instituto Estadual de Herpetologia "Arthur de Siqueira Cavalcanti" - Hermio. **OBJETO:** Doações de Bens Móveis. **PROCESSO Nº:** E-12/211/381/2019.

Id: 2229592

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDA nº 170/2019 (DPR).

**PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDA e a WATER DATABASE SANEAMENTO BASICO LTDA.

**OBJETO:** Prestação de serviços de engenharia consultiva, na forma de relatório técnico sobre as consequências da ampliação do esgoto de serviços proibidos e não realizados, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, decorrente do descumprimento de cláusulas contratuais pela contratada Elmasta.

**PRAZO:** 05 (cinco) dias.

**VALOR:** R\$ 16.633,00 (seis mil e trezentos e trinta e três reais).

**DATA DA ASSINATURA:** 17/12/2019.

**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-12/300.053/2019 - Dispensa de Licitação nº 015/2019.

Id: 2229526

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 01 ao Contrato CEDA nº 109/2017 (DE).

**PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDA e a FAST PRINT & SYSTEM LTDA.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo contratual.

**PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses.

**VALOR:** R\$ 635.614,87 (seiscentos e trinta e nove mil seiscentos e quatorze reais e sete centavos).

**DATA DA ASSINATURA:** 21/10/2019.

**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.571/2016 - Pregão Eletrônico nº 349/2017.

Id: 2229312

## Secretaria de Estado de Fazenda

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Distrato nº 079/2019 ao Contrato nº 55/2015. **PARTE:** Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - ROPREVIDÊNCIA e a empresa ELEVOXES IVI-MAIA LTDA, EPP. **OBJETO:** Extinção do Contrato nº 55/2015. **DATA DA ASSINATURA:** 10/12/2019. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** E-01/030/935/2015.

Id: 2229125

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

## EDITAIS

O FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ROPREVIDÊNCIA CONVOCA o beneficiário LUCI TOMAZ DA SILVA, portadora do ID 13276344, a comparecer a uma audiência pública de ROPREVIDÊNCIA mediante prévio agendamento para tomar ciência do processo e apresentar defesa, se houver, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital. O não comparecimento acarretará na suspensão automática do benefício. Proc. nº E-04/139/517/2018.

O FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ROPREVIDÊNCIA CONVOCA o beneficiário AZIEL MARCELINO FERREIRA, portador do ID 32413033, a comparecer a uma audiência pública de ROPREVIDÊNCIA mediante prévio agendamento para tomar ciência do processo e apresentar defesa, se houver, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Edital. O não comparecimento acarretará na suspensão automática do benefício. Proc. nº E-01/17/253/200.

Id: 2229106

Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico, Energia e Relações InternacionaisSECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## AVISO

## AUDIÊNCIA PÚBLICA - EIXO NOROESTE

O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, torna público que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para colher sugestões e prestar esclarecimentos de possíveis dúvidas referentes aos documentos da Concessão das Rodovias Estaduais, denominada Eixo Noroeste, RJ-122, RJ-150, RJ-100 e RJ-120. A Audiência será realizada no dia 10 de janeiro de 2020, às 14:00h, no Auditório da Prefeitura Municipal de Guapimirim, situado na Av. Dedo de Deus, 1.163 - Centro - Guapimirim. Os documentos referentes à Concessão se encontram disponíveis no portal do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.compras.rj.gov.br>. **Processo Administrativo nº:** E-12/176/143/2018.

Id: 2229155

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## AVISO

## AUDIÊNCIA PÚBLICA - EIXO NOROESTE

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E

RELAÇÕES INTERNACIONAIS torna público que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para colher sugestões e prestar esclarecimentos de possíveis dúvidas referentes aos documentos da Concessão das Rodovias Estaduais, denominada Eixo Noroeste, RJ-122, RJ-150, RJ-100 e RJ-120. A Audiência será realizada no dia 14 de janeiro de 2020, às 10:00h, na Câmara Municipal de Cantagalo, situada à Rua Professora Ruth Farah Naeif Lutterbach, 391, Centro - Cantagalo. Os documentos, referentes à Concessão se encontram disponíveis no portal do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.compras.rj.gov.br>. **Processo Administrativo nº:** E-12/176/143/2018.

Id: 2229151

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato AgeRio/ADM nº 040/2019. **PARTE:** Agência de Fomento do Estado do RJ S.A. e LexisNews Informações e Sistemas Empresariais Ltda. **OBJETO:** Serviços técnicos de acesso de uso de Software. **VALOR TOTAL:** R\$ 43.480,80. **DATA DE ASSINATURA:** 19/12/2019. **PRAZO:** Até 14 meses. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-22/009.000373/2019.

Id: 2229134

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo do Contrato nº 05/2019.

**DATA DA ASSINATURA:** 19/12/2019.

**PARTE:** Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-RJ, e a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

**OBJETO:** Prestação de serviços de publicação no DOERJ.

**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-15/002/269/2019.

**PRAZO:** 12 (doze) meses.

**VALOR:** R\$ 246.035,85 (duzentos e quarenta e seis mil trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

Id: 2229169

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2017.

**DATA DA ASSINATURA:** 03/12/2019.

**PARTE:** Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-RJ, e a CLARO S/A.

**OBJETO:** Prestação de serviços de Telefonia.

**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-15/002/104/2017.

**PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses.

**VALOR:** R\$ 9.368,40 (nove mil trezentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos).

Id: 2229161

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.  
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

## AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO torna pública que fará realizar a seguinte licitação:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2019 - R1 (REPETIÇÃO)**

**OBJETO (resumido):** O presente pregão eletrônico tem por objeto a contratação de prestação de serviços de suporte básico e subscrição para produtos VMware vSphere 6 Standard e vCenter 6 Standard para atender às necessidades da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio.

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico.

**TIPO:** Menor Preço Global (Lote Único).

**DATA:** 27 de janeiro de 2020 - **HORÁRIO:** 14:10 horas.

**LOCAL:** [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br).

**PROCESSO Nº:** E-22/009/130/2019.

O Edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) e no portal eletrônico da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., na página [www.agerio.com.br](http://www.agerio.com.br), opção: "Transparência/Licitações", podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na forma do item 1.4 do Edital.

Id: 2229057

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Autorização de Serviço nº 013/19.

**PARTE:** CODIN e IEJA FT - INSTITUTO DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL EM DIREITO LTDA-ME. **OBJETO:** Participação desta CODIN como organizadora e patrocinadora do Seminário Supremo em Ação. **PRAZO:** Execução Imediata. **VALOR:** R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). **ASSINATURA:** 20/12/2019. **NOTA DE EMPENHO:** 2019NE0599. **FUNDAMENTO DO ATO:** Caput do artigo 30 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e o Caput do artigo 54 do Regulamento de Licitações da CODIN. **PROCESSO CODIN Nº:** E-22/010/207/19.

Id: 2229279

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRORETIFICAÇÃO  
D.O. DE 11/12/2019  
PÁGINA 20 - 2ª COLUMNA

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Onde se lê: ASSINATURA: 29/11/2018, Leia-se: ASSINATURA: 29/11/2019.

Id: 2228899

## LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2018.

**ASSINATURA:** 20/12/2019.

**PARTE:** LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ e a EMPRESA FINGERPRINT PROCESSAMENTO DE DADOS, GRÁFICA, EDITORA E REPRESENTAÇÕES LTDA.

**OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato nº 001/2018, relativa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica para bilhetes de loteria convencional de múltiplas chances, na forma do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e do instrumento convocatório.

**VALOR DO TERMO ADITIVO:** R\$ 368.620,80 (trezentos e sessenta e oito mil seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 12.804.283,80 (doze milhões, oitocentos e quatro mil duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos).

**FUNDAMENTO:** Art. 58, inciso I, c/c o art. 65, inciso I e seu § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**PROCESSO Nº:** E-12/030/398/2017.

Id: 2229262